

## **EDUCAÇÃO FINANCEIRA ENTRE ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE AMERICANA – SP**

### **FINANCIAL EDUCATION AMONG YOUTH OF THE CITY OF AMERICANA – SP**

*Camila Rossi\**

*Andrea Rodrigues Ferro\*\**

**Resumo:** Dada a estrutura sociocultural contemporânea, o mau controle orçamentário repassado de geração em geração mostra a necessidade de um trabalho específico para promover a educação financeira dos indivíduos. Esta pesquisa se baseou na análise teórica sobre consumidores e sua racionalidade em relação aos gastos, e numa pesquisa de campo por meio de questionário aplicado aos jovens do município de Americana – SP com o objetivo de analisar seus comportamentos e valores a respeito de economia e finanças. Embora os resultados tenham se mostrado contrários à hipótese inicial de que os grupos analisados tivessem deficiência para lidar com recursos financeiros, estes não devem ser encarados de forma tão positiva uma vez que a experiência desta população no papel de consumidor é normalmente financiada (e controlada) pelas famílias.

**Palavras-chave:** Consumismo; Educação financeira; Adolescentes.

**Abstract:** In contemporary sociocultural structure, bad budgetary control passed from generation to generation demonstrates the need for a specific job to promote financial education of individuals. This research was based on the theoretical analysis of consumers and their rationality in relation to expenses, and a field survey through a questionnaire that was applied to

---

\* Mestranda em Economia Aplicada pela ESALQ/USP.

\*\* Doutora em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Professora do Departamento de Economia da UFSCar – campus Sorocaba.

the youth of the city of Americana - SP with the aim of analyze their behavior and values on economy and finances. Although the results have been shown to be contrary to the initial hypothesis that the groups studied have disabilities to deal with financial resources, these should not be viewed so positively since the experience of this population in the consumer role is usually funded (and controlled) by families.

**Keywords:** Consumerism; Financial education; Young people.

**Resumen:** En la estructura socio-cultural contemporáneo, pobre control presupuestario pasado de generación en generación demuestra la necesidad de un trabajo específico para promover la educación financiera de los individuos. Esta investigación se basó en el análisis teórico de los consumidores y su racionalidad en relación con los gastos, y un estudio de campo utilizando un cuestionario que se aplicó a los jóvenes de la ciudad de Americana - SP con el fin de analizar sus comportamientos y valores sobre economía y finanzas. Aunque los resultados han demostrado que es contrario a la hipótesis inicial de que los grupos estudiados tienen discapacidades para hacer frente a los recursos financieros, éstos no deben ser vistos de manera positiva ya que la experiencia de esta población en el papel de los consumidores se financian por lo general (y controlar) por las familias.

**Palabras clave:** El consumismo; La educación financiera; Adolescentes.

## INTRODUÇÃO

A agilidade dos novos processos de fabricação, a influência das empresas por meio de propaganda e publicidade e os padrões culturais contemporâneos acabaram criando um método classificatório no qual cada indivíduo é julgado pelo que possui e consome, levando ao consumo exagerado e, muitas vezes, alienado de bens e serviços. O desejo de consumo se reflete cada vez mais cedo em crianças e adolescentes que se tornam insatisfeitos com o que seus pais podem proporcionar dentro de suas restrições orçamentárias e querem sempre mais – e a qualquer custo – do que o mercado tem de serviços e produtos a oferecer.

Crianças pequenas podem ser insistentes, pois dificilmente compreendem as intenções de manipulações implícitas nas propagandas. Estudos comprovam que é só a partir dos 9 aos 11 anos que a maioria das

crianças percebem que o motivo principal das propagandas é convencer e vender, e é com idades entre 13 e 14 anos que elas podem adquirir uma forma saudável de julgamento no que diz respeito à propaganda e às características de produtos divulgados (LINN et al., 1982; ROBERTSON; ROSSITER, 1974). Porém, se até adultos são influenciados pela mídia, o que protege as crianças de serem persuadidas também?

Essas são evidências de que a educação financeira e o controle sobre o consumo devem acontecer desde cedo. É preciso aprender a programar um orçamento familiar, racionalizando gastos e otimizando investimentos para uma reestruturação da sociedade com hábitos de consumo mais responsáveis e seguros, de forma que o dinheiro se torne consequência de uma trajetória de sucesso e de disciplina. Talvez a melhor maneira para educar os indivíduos seria proporcionar este tipo de instrução como carga horária obrigatória para todos os estudantes, desde os primeiros anos de ensino, como já é feito em alguns países.

Desse modo, torna-se necessário ampliar o conhecimento sobre o assunto, principalmente em relação a capacidade que indivíduos de cada grupo de idade têm para trabalhar com os recursos financeiros. Este trabalho teve enfoque na pesquisa de campo por meio de questionários aplicados em 2010 aos jovens da cidade de Americana - SP, matriculados em escolas públicas e privadas, para obter o perfil dos adolescentes no que se refere às finanças pessoais. Os dados foram analisados por meio das ferramentas da estatística descritiva e da inferência estatística, utilizando tabelas e testes de hipóteses (comparação de médias) na análise.

Dada a carência de estudos sobre o assunto, o presente trabalho possui caráter exploratório. Propõe-se a obter maiores informações sobre o tema e então contribuir para a elaboração de futuras pesquisas.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

O público infante-juvenil é um grupo suscetível às influências externas como o comportamento dos pais, meios de comunicações e pessoas próximas do seu convívio. No que se refere à relação destes com o dinheiro não é muito diferente, de acordo com D'Aquino (2007), a forma como os pais lidam com os recursos financeiros influencia fortemente o modo com

que as crianças lidam com o dinheiro que lhes é dado. Trindade (2002) garante também ser imprescindível considerar a propaganda como influenciadora do comportamento social, inclusive quanto ao consumo das crianças e adolescentes. Segundo a autora, o grande problema desta relação se dá pela estruturação das sociedades de consumo em que as mensagens transmitidas pela mídia tornam-se valores e princípios para serem seguidos. Ocorre muitas vezes uma inversão de valores feita pelas pessoas no qual é mais importante ter em detrimento de ser e, portanto muitos constroem uma nova imagem de si mesmos pautada em aparências para sustentar ciclos sociais ou determinados padrões de vida que nem sempre correspondem a sua realidade.

Além disso, Trindade (2002) destaca que o processo de urbanização pós-moderna responsável pela redução do espaço físico para atividades ao ar livre, assim como o novo perfil da família – com a inserção da mulher no mercado de trabalho, o crescente número de divórcios e as estruturas domiciliares não convencionais – proporcionaram reflexos incidentes sobre o comportamento de consumo das crianças, principalmente pelo fato de estarem mais expostas à comunicação corporativa.

Nesta mesma linha, Tolotti (2007) discute outro aspecto muito importante sobre a dedicação exigida pelo mercado de trabalho dos pais nos dias de hoje, que acaba restringindo o tempo que eles passariam com os filhos. Isto pode trazer um débito que muitas vezes serão compensados pelo que a autora chama de “armadilha de pagamento”, ou seja, os pais oferecem às crianças tudo o que foi restrito em sua infância. Tal atitude reflete não só no consumo dos filhos como também pode gerar pais endividados quando esses não tiverem seu orçamento bem gerenciado. As crianças muitas vezes encaram essa “armadilha” como uma atitude de caráter compensatório da nova organização familiar ou até mesmo como escape para problemas e/ou tensões, englobando portando, não só os aspectos financeiros do problema como também os aspectos subjetivos (TOLOTTI, 2007).

Seja pela fase de desenvolvimento em que se encontram ou pelo modo de vida atual baseada nas sociedades de consumo, as crianças têm muita dificuldade de classificar o que é necessidade e o que não passa de um ato de consumo supérfluo. Muitas vezes passam a não só querer determinado

bem ou serviço como também não aceitam a sua ausência, e em conjunto com o comportamento dos pais que atendem sempre a estes pedidos, elas se tornam insatisfeitas. Se não contarem durante sua formação com a contribuição dos seus familiares ou com uma estrutura de instrução eficaz no que diz respeito a educação financeira neste cenário confuso da ética do consumo, os padrões sociais podem influenciar seriamente o comportamento do consumidor.

Ofertar educação financeira garante reflexos positivos não apenas aos indivíduos, mas também para a sociedade e a economia como um todo. Para se ter uma ideia desta cadeia de benefícios, ela permite: (a) às crianças descobrirem o valor do dinheiro, como deve ser feita a sua administração e que desde cedo umas das melhores formas de geri-lo com segurança é poupando uma parte de tudo que é recebido; (b) para os jovens ela oferece autonomia e (c) aos adultos ensina a questão do planejamento dos objetivos traçados para sua vida, ajuda-os a adotarem disposições financeiras adequadas para enfrentarem situações imprevistas, passam a selecionar melhor os serviços financeiros e não se deixam enganar com os mesmos, adquirem responsabilidade nos momentos de compra, rejeitando aquilo que é desnecessário e começam a reconhecer com facilidade os riscos que podem resultar em dificuldades financeiras (COM, 2007). A estabilidade financeira que cada indivíduo pode conquistar com a educação financeira reflete em poupanças e investimentos mais diversificados e seguros. Isso contribui para maior eficiência do setor financeiro, promove o reforço da concorrência, estimula a inovação e exige a melhoria da qualidade e da diversidade dos produtos e serviços ofertados.

Destas considerações pode-se dizer que a base para alcançar uma economia estabilizada vem, em grande parte, de um trabalho que se inicie com o público infanto-juvenil. Na experiência internacional nota-se que os programas de educação financeira são mais recorrentes. As pesquisas e projetos estão concentrados nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, alguns países da América Latina, Europa Central e Oriental, e que atingem principalmente os níveis de ensino médio e universitário (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Em tais casos, os métodos de divulgação e treinamento mais citados são: seminários, cursos, distribuição de panfletos e/ou relatórios ou disponibilização de informações

em sites. Vários países têm realizado também campanhas de TV e rádio para educar os telespectadores e ouvintes respectivamente; outros criaram linhas de telefone do consumidor para as quais as pessoas podem ligar para aprender sobre questões financeiras e existem aqueles que possuem programas que facilitam e incentivam o ensino de educação financeira nas escolas, de forma a esclarecer os indivíduos sobre assuntos como crédito, seguros, investimento e poupança.

Uma série de estudos tem sido realizada nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>1</sup> e em economias emergentes, cujos resultados apresentados mostram baixo nível de compreensão financeira que pode vir a refletir em aumento do endividamento dos consumidores, baixo nível de poupança para a aposentadoria, custos elevados pela contratação de produtos bancários, falta de confianças nas instituições financeiras, entre outros (OECD, 2006). O relatório *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies*, publicado em novembro de 2005 pela OCDE e que contém um conjunto de recomendações sobre as melhores práticas para a implementação do *Financial Education Project*, destaca para os países pesquisados, a necessidade de adotar políticas para instruir a população quanto aos conceitos de crédito, investimento e seguros, além de demonstrar significativa preocupação com a população jovem. De acordo com Observatório do Endividamento dos Consumidores (OEC), em especial para os jovens, a educação financeira é prioridade quando se leva em conta:

- (a) São agentes economicamente ativos na nossa sociedade, exercendo o seu poder de mercado diretamente (mesada e / ou remuneração de trabalhos fixos e ocasionais) e indiretamente (influencia nas aquisições dos pais);
- (b) Constituem um potencial de mercado significativo para as instituições financeiras – as faixas etárias mais jovens, no início da vida ativa, constituem uma fatia importante do mercado de crédito aos particulares (OEC, 2002, p.2).

---

<sup>1</sup> A OCDE é um organismo internacional e intergovernamental, criado em 1961. Atualmente é formada por 34 países que se reúnem para trocar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros e da economia mundial de forma a manter a estabilidade financeira e uma expansão do comércio sobre uma base multilateral e não discriminatória, conforme as obrigações internacionais.

Nesta mesma pesquisa, o Observatório do Endividamento dos Consumidores destaca que a Educação Financeira no ensino básico e secundário desempenha um papel fundamental na formação de jovens financeiramente letrados, devendo ser encarado como um investimento cujos resultados serão apresentados no longo prazo. O estudo determina que qualquer programa escolar de educação financeira deva contribuir para que os jovens:

(a) Estabeleçam uma relação saudável com o dinheiro, sem grandes oscilações econômicas em suas vidas, sendo capazes de poupar e de planejar as suas despesas; (b) Sejam capazes de tomar decisões e fazer escolhas financeiras de forma racional, que minimizem os riscos de sobre-endividamento – isto é, o risco de, por insuficiência dos rendimentos, não serem capazes de responder pelos compromissos de crédito assumidos; (c) Tenham consciência dos riscos e obrigações inerentes ao recurso ao crédito (OEC, 2002, p.3).

Seguindo essas premissas, alguns países membros da OCDE focalizam a atenção sobre educação financeira no ensino médio e universitário. Nos Estados Unidos este processo de inserção da educação financeira nos currículos escolares já está avançado: em 2002, 48 estados e o distrito de Columbia incluíram a disciplina de Economia e 31 estados introduziram educação financeira nos parâmetros curriculares do ensino médio. (BELL; LERMAN, 2005). Na Nova Zelândia assim como nos países membros do Reino Unido – Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte – a educação financeira é facultativa no currículo escolar. Apesar dessa matéria não possuir *status* de disciplina regular, tanto na Inglaterra como na Nova Zelândia, os seus conceitos são transmitidos nos cursos de Matemática, assim como no caso do Japão, embora não haja uma disciplina específica sobre educação financeira, pelo menos assuntos relacionados à Economia Doméstica já fazem parte da educação formal. (SAITO, 2007)

Um exemplo de um país não membro da OCDE que também faz uso da prática de educação financeira é a Índia, onde se realiza o projeto *Aflatoun* que visa levar a educação social e financeira fora de casa e na sala de aula. Fundado em 2005, o projeto direciona sua atenção para o público infantil e sustenta que as crianças são alguns dos mais importantes agentes de mudança social e econômica e devem ser vistos como indivíduos capazes

de contribuir para uma sociedade mais justa. A metodologia de ensino do *Aflatoun* é “aprender fazendo”: através de jogos, atividades, músicas e livros as crianças são encorajadas a ter um papel ativo no processo de aprendizagem. Isso inclui escolas, clubes de poupança e atividades em grupo dentro da comunidade. Avaliações do programa constataram que este projeto aumentou a consciência e a compreensão das crianças sobre a importância da poupança e forneceu-lhes uma oportunidade à prática desta atividade. Em uma avaliação mais abrangente, mostrou-se que as crianças continuaram utilizando em suas vidas o que foi aprendido durante o projeto, e que se lembravam da mensagem social proposta pelo mesmo (<http://www.aflatoun.org/>).

Embora seja difícil estabelecer uma distinção entre o impacto de um programa de Educação Financeira, as influências do mercado (como taxas de emprego, aumento dos salários, inovações financeiras, entre outras) e as circunstâncias e o ambiente que afetam o comportamento do indivíduo (COM, 2007), avaliações sobre o assunto mostram que os benefícios de trabalhar com jovens nas escolas podem ser apresentados com uma lógica simples: “trabalhar desde cedo com o público alvo e mudar o seu caminho para a idade adulta” (WILLIAMS, 2009) e este começar cedo tem como lugar estratégico as escolas.

Uma pesquisa realizada para o *National Council on Economic Education* (NCEE) dos Estados Unidos pela Harris Interactive em 2005, indicou que quase todos os adultos americanos da amostra acreditam que é importante ter uma boa compreensão da economia, mas apesar disto, os resultados dos testes mostraram que o conhecimento financeiro era deficiente tanto para adultos em idade ativa como para alunos do ensino médio, sendo que estes tiveram um desempenho ainda pior (LUSARDI; MITCHELL, 2007). Tais resultados se estendem à autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido que também concluiu que pessoas mais jovens foram as que menos se apresentaram com bons conhecimentos financeiros. Isto pode ser explicado por outro estudo desenvolvido por Christelis, Jappelli e Padula (2005), que mostram que indivíduos pesquisados em vários países europeus tiveram pouco contato com matemática financeira durante o ensino regular.

A experiência do Brasil em educação financeira é ainda incipiente, não há obrigatoriedade de uma matéria nas grades curriculares e nem

encontra nas universidades ações efetivas e duradouras. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (nº 9394/96) preconiza a contextualização do ensino que pressupõe um processo de aprendizagem apoiado no desenvolvimento de competências para a inserção dos estudantes na vida adulta, mediante a multidisciplinaridade, o incentivo do raciocínio e da capacidade de aprender. No quesito do ensino da matemática, recomenda-se estimular a capacidade de leitura e interpretação de textos com conteúdo econômico, a habilidade de análise e julgamento dos cálculos de juros nas vendas a prazo, a compreensão do relacionamento entre a matemática e os demais campos de conhecimento, como a economia e a utilização desta para promover ações de defesa dos direitos do consumidor (MEC, 2000). Fica evidente a preocupação do MEC em relação a alguns aspectos da formação econômico-financeira por meio da contextualização, mas não se observa uma menção clara e objetiva sobre a educação financeira (SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2006).

Algumas unidades de ensino no país têm, isoladamente, implantado educação financeira em suas grades curriculares. Saito (2007) realizou uma pesquisa qualitativa entre agosto e setembro de 2007 com oito professores que estão inserindo tal disciplina em suas instituições de ensino. Em todas as escolas da amostra, os principais objetivos da implementação da disciplina foram: colaborar na formação de uma base cognitiva útil da vida adulta de seus alunos para gestão de seus planejamentos; auxiliar na formação de indivíduos seguros, responsáveis e equilibrados, capazes de assumirem o controle de suas ações; direcionar sobre o uso consciente dos recursos financeiros, materiais e naturais e ensinar o empreendedorismo, aspecto importante para que o indivíduo entenda as diferentes formas de se obter renda e construir seu patrimônio, de acordo com o seu planejamento pessoal. Há o cuidado também por parte da direção das escolas para lidar com o assunto, orientando para que o mesmo não seja doutrinador, contrariando as culturas de cada família ou etnia.

O público alvo varia do maternal até os últimos anos do ensino médio, mas os resultados são obtidos em qualquer idade. Foram através das reuniões entre pais e mestres e atividades aplicadas em sala de aula, que pais e professores relataram sobre a significativa mudança comportamental

no quesito sobre consumo consciente e finanças por parte dos alunos. Os estudantes apresentaram maior compreensão sobre o valor do dinheiro, entendimento das relações comerciais e diminuição do consumo de bens supérfluos. Dentre as dificuldades de implementação da disciplina é unânime a falta de disponibilidade bibliográfica e de profissionais qualificados que possam desenvolver o assunto em sala de aula. A disciplina não é tratada com um padrão de linguagem adequada entre os educadores e, na maioria das vezes, a estratégia de preparação fica limitada a treinamentos e reuniões internas.

Em uma entrevista concedida por Cássia d'Aquino para Saito (2007), a consultora em educação financeira defende que se deve criar uma mentalidade saudável em relação ao dinheiro. Neste processo a responsabilidade social e a ética precisam estar sempre presentes no ganho/uso do dinheiro e o ato do consumo. Destaca também que o ideal seja a inserção de educação financeira em todas as fases do período educacional e que isso só seria possível se o sistema de ensino brasileiro tivesse vencido os empecilhos que ainda enfrenta, como o reduzido nível de preparação e valorização do corpo docente.

Saito (2007) em suas considerações define que para incluir as disciplinas nas unidades de ensino brasileiro é importante a realização das campanhas governamentais, de forma que as famílias passem a demandar esta inclusão das unidades de ensino. Para suprir as dificuldades apresentadas em sua pesquisa sobre a reduzida disponibilidade de profissionais capazes de preparar os educadores, a medida apresentada é incentivar a realização de fóruns, seminários, palestras e eventos no ambiente universitário. Sugere também que a inserção da educação financeira deve ser feita desde a infância para desenvolvimento da capacidade financeira do indivíduo e que esta incursão na disciplina ocorra paulatinamente conforme haja maior capacitação dos agentes participantes do processo educativo. Para isso propõe ao MEC a introdução do assunto nos currículos escolares em três fases: no curto, médio e longo prazos.

No curto prazo, orienta-se inserir de fato como tema no Ensino Básico, de modo que não se limite apenas ao ensino de matemática financeira, mas à educação financeira em sua concepção mais ampla de forma a haver o relacionamento com os conceitos de cidadania, de responsabilidade

socioambiental, dos conflitos morais e éticos, de sustentabilidade e de consumo consciente nas três etapas do ensino: Infantil, Fundamental e Médio – adequando o desenvolvimento das atividades às habilidades/capacidade de compreensão de cada idade. No médio prazo, com a prática das ações iniciadas na fase anterior e com o alinhamento entre as concepções éticas e institucionais, inserir o tema nas faculdades que formam os educadores. E então, com a aplicação das atividades das fases anteriores, no longo prazo o MEC estará mais preparado para inserir a educação financeira como disciplina prescrita no currículo do Ensino Básico.

A partir da literatura exposta e das experiências vivenciadas por alguns países e pelo Brasil em unidades de ensino isoladas, antes de contribuir para a elaboração de futuras políticas de capacitação financeira, é válido conhecer o que se passa na cabeça dos adolescentes e alguns dos seus comportamentos de diferentes idades, razão pela qual se propões este estudo sobre o conhecimento em educação financeira por parte dos estudantes do ensino médio.

## **LEVANTAMENTO DOS DADOS**

Para atingir os objetivos da pesquisa e obter as informações necessárias para analisar o comportamento e os valores dos jovens a respeito de economia e finanças, foi realizado um levantamento de dados a partir de um questionário aplicado em fevereiro de 2010 em uma turma de cada instituição que oferecesse Ensino Médio da cidade de Americana, independente do ano que os jovens estavam cursando. Das 31 escolas nomeadas, quatro não autorizaram a realização da pesquisa, sendo elas três particulares sob a justificativa de que tal atividade pudesse causar insatisfação nos pais e alunos devido ao caráter investigativo das questões, e uma escola pública, que alegou estar organizando o ano letivo, portanto seria inviável qualquer ação além do movimento inerente da própria escola. Desta forma, a amostra contou com a participação de 755 estudantes.

Uma amostra aleatória seria a mais indicada dada a natureza do próprio estudo: caráter exploratório de uma questão pouco conhecida e sobre a qual ainda não identificaram com clareza as variáveis determinantes, e

também devido à escassez de informações disponíveis acerca das características dos estudantes (OEC, 2002). Entretanto, devido às condições de aplicação do questionário, o fato de ter uma pessoa estranha às atividades didáticas durante a aula foi motivo de resistência por parte de algumas escolas, que alegaram que tal prática poderia atrapalhar o cronograma de aulas, portanto foi facultada à instituição a escolha da sala que julgasse mais adequada para participar da pesquisa, impossibilitando a execução de um procedimento rigoroso de aleatoriedade. Desta forma os resultados obtidos podem ser considerados válidos para a amostra pesquisada, não sendo possível extrapolar as conclusões para todos os estudantes do ensino médio da cidade de Americana - SP.

O questionário elaborado foi feito com base no trabalho do Observatório do Endividamento dos Consumidores (OEC, 2002) “Inquérito sobre os comportamentos e os valores económicos dos jovens” aplicado em três universidades de Portugal: Universidade de Aveiro, Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Évora, que também utilizou desta ferramenta para estudar os hábitos, as práticas e as opiniões pessoais dos jovens acerca da forma como lidam com o dinheiro. Como público alvo daquele estudo era formado por jovens universitários, foram feitas algumas modificações, principalmente no que diz respeito ao crédito para financiar o consumo, por ser uma prática que possivelmente não seja comum entre os jovens que se encontram no Ensino Médio. As perguntas realizadas referem-se ao contato dos jovens com o sistema bancário, como por exemplo, se possuem ou não poupança/conta corrente, cartão de crédito/débito, se suas fontes de rendimentos são os pais exclusivamente ou algum trabalho que realizam, sobre o relacionamento dos jovens com o dinheiro (se é sadio e planejado ou costumam gastar mais do que ganham), se algum fator emocional tem influencia no consumo pessoal, sobre a abordagem dos assuntos relacionados à educação financeira pelos pais ou pela escola e qual a visão deles em relação ao tema em questão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A maioria dos entrevistados situa-se na faixa etária dos 15 aos 18 anos (91,9%). Metade dos entrevistados é do sexo feminino (50,1%), 70,2% da

amostra estuda em escolas públicas e 70,0% está cursando o terceiro ano do Ensino Médio. Ao comparar os resultados encontrados para os estudantes de escolas públicas e para os estudantes das escolas particulares, utilizou-se um teste para diferenças de médias com nível de significância de 5%. Pode-se observar que algumas questões apresentam diferenças estatisticamente significativas, como é exposto na Tabela 1.

Como pode ser observado, as proporções dos estudantes que estudam em escolas particulares e que possuem conta poupança (48,8%), cartão de crédito (13,3%) e cartão de débito (21,3%), são significativamente diferentes dos que estudam em escola pública (32,0%, 7,7% e 11,1% respectivamente).

O resultado do questionário aponta que 72,6% dos estudantes entrevistados recebem dinheiro dos seus pais e na maioria das vezes, isto ocorre sempre que pedem (59,9%). Em uma análise comparativa, há uma diferença que é significativa: maior proporção dos estudantes de escolas particulares recebe dinheiro dos pais (77,3% contra 70,5% das escolas públicas) e os estudantes de escolas públicas possuem maior proporção dos que não são contemplados por tal benefício (29,4% contra 22,6% das particulares).

Dentre os beneficiados, a maioria tem os pais como única fonte de rendimento e os resultados apresentados são estatisticamente significativos e se assemelham a questão anterior: a proporção é maior para os estudantes de escolas particulares quando este caso se confirma (74,7% – particulares e 55,6% – públicas).

Entre os que não recebem dinheiro dos pais e os que possuem outras fontes de rendimentos além destes, ter um trabalho fixo é o caso mais frequente (61,2%), seguido de trabalhos ocasionais (30,9%), bolsa de estudos (2,9%) e outras fontes (1,1%), sendo que o primeiro e o último caso apresentam diferenças significativas quando comparado os estudantes das escolas públicas e particulares: 64,5% e 49,4%, respectivamente, possuem trabalho fixo e 8,0% e 20,0%, respectivamente, possuem outras fontes de rendimentos além das três citadas.

Emprestar dinheiro aos amigos é algo com que os entrevistados estão familiarizados. A proporção de estudantes que estudam em escolas particulares e já emprestaram dinheiro para outras pessoas é

estatisticamente diferente da proporção dos que estudam em escola pública: a maior proporção dos que já emprestaram é dos estudantes de escolas particulares (84,8% contra 74,3% das escolas públicas).

**Tabela 1: Comparação entre as proporções de jovens de escolas públicas e privadas e seus respectivos comportamentos relacionados a assuntos financeiros**

	Pública		Privada	
	N	Proporção	N	Proporção
Possui: Conta Poupança	530	0,320*	255	0,488*
Possui: Conta Corrente	530	0,158	255	0,164
Possui: Cartão de Crédito	530	0,077*	255	0,133*
Possui: Cartão de Débito	530	0,111*	255	0,213*
Recebe Dinheiro dos Pais	530	0,705*	255	0,773*
Não Recebe Dinheiro dos Pais	530	0,294*	255	0,226*
Pais: única Fonte de Rendimento	374	0,556*	174	0,747*
Outras Fontes de Rendimento	374	0,441*	174	0,252*
Trabalho Fixo	322	0,645*	95	0,494*
Trabalhos Ocasionais	322	0,301	95	0,336
Bolsa Estudo	322	0,024	95	0,042
Outras Fontes	322	0,080*	95	0,200*
Já emprestou dinheiro à outras pessoas	530	0,743*	225	0,848*
Nunca emprestou dinheiro	530	0,273*	225	0,146*
Faz despesas desnecessárias: freqüentemente	530	0,081	225	0,093
Faz despesas desnecessárias: às vezes	530	0,441	225	0,471
Faz despesas desnecessárias: raramente	530	0,286	225	0,293
Faz despesas desnecessárias: nunca	530	0,190*	225	0,142*
Limita as despesas quando dinheiro não é suficiente	530	0,533*	225	0,466*
Pede emprestado aos pais quando o dinheiro não é suficiente	530	0,421	225	0,457
Pede emprestado aos amigos quando dinheiro não é suficiente	530	0,013*	225	0,044*
Pede emprestado a outros familiares quando dinheiro não é suficiente	530	0,032	225	0,035
Assuntos financeiros abordados pelos professores: freqüentemente	530	0,060	225	0,057
Assuntos financeiros abordados pelos professores: às vezes	530	0,409*	225	0,493*
Assuntos financeiros abordados pelos professores: raramente	530	0,330	225	0,315
Assuntos financeiros abordados pelos professores: nunca	530	0,201*	225	0,133*

Fonte: Elaboração própria

Nota: \* indica diferença estatisticamente significante a 5%.

Em relação à questão “Costuma fazer despesas desnecessárias?”, a principal conclusão foi a de que esta não é uma prática muito habitual, apenas 8,5% dos entrevistados a fazem frequentemente, 45% às vezes,

28,9% raramente e 17,6% nunca, sendo que no último caso, dos que estudam em escolas públicas, 19,0% nunca realizaram tal prática contra 14,2% dos que estudam em escolas particulares, e esta diferença é estatisticamente significativa.

Quando o dinheiro disponível não é suficiente para as despesas que querem realizar, as opções tomadas pelos entrevistados são na maioria das vezes: limitar as despesas (51,4%); pedir dinheiro emprestado aos pais (43,2%); pedir dinheiro emprestado a outros familiares (3,3%) e pedir dinheiro emprestado aos amigos (2,6%). A primeira e a última opção apresentam diferenças nas proporções que são estatisticamente significativas quando comparado estudantes de escolas públicas e particulares (53,3% e 46,6%, respectivamente, no caso de limitar as despesas e 1,3% e 4,4%, respectivamente, no caso de pedir dinheiro emprestado aos amigos).

Ainda em relação aos assuntos listados na Tabela 1, foi perguntado aos alunos se tais assuntos já haviam sido abordados pelos professores em sala de aula, os resultados obtidos foram: 43,4% responderam que “às vezes”, 32,6% responderam “raramente”, 18,1% responderam “nunca” e 6% responderam frequentemente, e deve-se destacar que há diferença significativa entre as médias dos que responderam “às vezes” (40,9% e 49,3%) e os que responderam “nunca” (20,1% e 13,3%) das escolas públicas e particulares respectivamente.

Quando questionados sobre a natureza das emoções (aborrecimento, alegria, ansiedade, stress, tristeza e outras) que os levam a fazer despesas desnecessárias, os entrevistados apontam ansiedade como a primeira causa (43,9%), alegria como a segunda (31,5%) e outras justificativas como terceira (13,3%).

Em relação à frequência de determinados comportamentos financeiros, conforme apresentado na Tabela 2, a maioria dos entrevistados disseram que nunca gastam mais do que ganham – 40,9% escola pública e 31,1% escola particular. Os estudantes de escola pública também apresentam maior proporção dos que responderam que às vezes e nunca gastam menos do que ganham (as vezes: 38,8% na escola pública e 32,0% na escola particular e nunca: 11,1% e 7,1% respectivamente), enquanto que os

estudantes de escolas particulares apresentam maior proporção entre os que responderam que frequentemente gastam menos do que ganham (44,4% em comparação aos de escola pública 31,1%). Ainda em relação às questões de débito e poupança, 23,7% dos entrevistados de escola pública disseram que frequentemente poupam, contra 35,5% dos estudantes de escola particular, e 18,1% dos estudantes de escola pública responderam que nunca poupam, contra 8,0% dos de escola particular. Todas as diferenças são significativas a 5%. Esses resultados mostram que, apesar da proporção de estudantes que nunca gastam menos do que ganham ser maior em escolas públicas, sua capacidade de poupança é menor do que a dos estudantes de escola privada.

**Tabela 2: Comparação entre as proporções de jovens de escolas públicas e privadas e a frequência dos seus comportamentos financeiros**

	Frequentemente		Às vezes		Raramente		Nunca	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Gasta mais do que ganha	0,075	0,933	0,228	0,266	0,286	0,328	0,409*	0,311*
Gasta menos do que ganha	0,311*	0,444*	0,388*	0,320*	0,186	0,164	0,111*	0,071*
Gasta o quanto tem	0,301	0,328	0,386	0,386	0,190	0,186	0,121	0,097
Planeja as despesas	0,401	0,373	0,271	0,266	0,177	0,213	0,149	0,146
Poupa	0,237*	0,355*	0,373	0,404	0,207	0,160	0,181*	0,080*

Fonte: Elaboração própria

Nota: (1) = Escola Pública, (2) = Escola Privada; \* indica diferença estatisticamente significativa a 5%; 530 alunos de escolas públicas e 225 alunos de escolas particulares responderam a estas questões.

Quando indagados sobre ato de poupança, foram divididos em dois grupos, os que poupam regularmente (ou seja, os que responderam que realizam tal prática frequentemente ou às vezes), e os que não poupam regularmente (que são aqueles que responderam raramente ou nunca a essa questão). No primeiro caso, as razões apontadas para poupança em ordem decrescente são: 38% para o caso de precisar de dinheiro no futuro, 30,1% para a compra de um bem específico, 29,3% para comprar coisas sem precisar pedir dinheiro aos pais e 2,6% por outras justificativas. No segundo caso, as principais justificativas indicadas por aqueles que não têm o hábito de poupar, também em ordem decrescente, são: 61,2% quer poupar, mas não consegue porque gasta todo o dinheiro; 16,9% prefere gastar a poupar; 11,9% determinariam outras justificativas e 7,7% não

precisa poupar porque tem sempre dinheiro.

Em relação à frequência dos assuntos abordados pelos pais, Tabela 3, parte dos entrevistados disseram que às vezes fala sobre como ganhar dinheiro (41,5%), frequentemente sobre como poupar (43%), frequentemente sobre as razões para poupar dinheiro (43,4%, sendo que neste caso há diferença significativa entre os que responderam nunca, cuja maior proporção é das escolas públicas com 10,9%), às vezes sobre como planejar as despesas (33,5%), raramente sobre as causas da impossibilidade de pagamento das dívidas (32,3%, com diferença significativa entre os que responderam frequentemente – maior proporção é das escolas públicas: 19,4% – e os que responderam raramente – maior proporção é das escolas particulares: 38,2%), nunca fala sobre juros a suportar quando se contrai um empréstimo (38,3%, em que a diferença significativa se deu entre os que responderam raramente – maior proporção é das escolas particulares: 32,8% – e os que responderam nunca – maior proporção é das escolas públicas: 41,1%), às vezes sobre o que é cartão de crédito (27,4%), cartão de débito (27,3%) e o que são conta corrente e conta poupança (32,5%), e às vezes também sobre investimentos financeiros (31,1%) e seguros de vida, saúde e automóvel, dentre outros (26,9%).

**Tabela 3: Comparação entre a proporção de jovens de escolas públicas e privadas e frequência dos assuntos abordados com seus pais**

	Frequentemente		Às vezes		Raramente		Nunca	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Como ganhar dinheiro	0,377	0,368	0,418	0,404	0,136	0,173	0,066	0,053
Como poupar dinheiro	0,418	0,457	0,337	0,337	0,158	0,128	0,084	0,075
Razões para poupar dinheiro	0,437	0,426	0,316	0,342	0,135	0,164	0,109*	0,066*
Como planejar despesas	0,296	0,315	0,341	0,320	0,241	0,222	0,120	0,142
Causas da impossibilidade de pagar o das dívidas	0,194*	0,137*	0,275	0,253	0,298*	0,382*	0,232	0,226
Juros a suportar qdo se contrai um empréstimo	0,121	0,115	0,211	0,240	0,256*	0,328*	0,411*	0,315*
O que é cartão de crédito	0,249	0,284	0,275	0,271	0,209	0,235	0,266*	0,208*
O que é cartão de débito	0,252	0,248	0,264	0,293	0,226	0,250	0,256	0,205
O que são conta corrente e conta poupança	0,267	0,240	0,339	0,288	0,190*	0,302*	0,201	0,1689
Investimentos financeiros	0,249	0,293	0,324	0,280	0,228	0,257	0,198	0,168
Seguros (de vida, saúde, automóvel)	0,252	0,248	0,271	0,262	0,253	0,297	0,221	0,191

Fonte: Elaboração própria

Nota: (1) = Escola Pública, (2) = Escola Privada; \* indica diferença estatisticamente significativa a 5%; 530 alunos de escolas públicas e 225 alunos de escolas particulares responderam a estas questões.

A fim de avaliar as opiniões pessoais dos jovens acerca da educação financeira, foi colocado um conjunto de afirmativas para que eles apresentassem o quanto concordam ou discordam do assunto (Anexo 1). A maioria dos entrevistados concorda plenamente que a educação financeira é um instrumento importante para aprender a planejar as despesas (57,9%), concorda que a educação financeira desenvolve habilidade e confiança para tomar decisões de consumo (50,9%), que os conceitos de educação financeira ajudam a entender o mundo em que vive (45,6%), que os conceitos de educação financeira ajudam a superar as dificuldades financeiras (46%), que é importante tratar educação financeira na escola (40,3%) e no caso da educação financeira na família, concordam plenamente. Quando indagados se seria interessante participar de oficinas sobre o assunto, 39% responderam que concordam com tal afirmativa.

Pode-se observar que o perfil do jovem encontrado com esta pesquisa se assemelha com aquele descrito no trabalho do Observatório do Endividamento dos Consumidores (OEC, 2002). Mesmo sendo a maioria dos entrevistados dependentes financeiramente dos pais, os jovens apresentam alguns comportamentos positivos em relação à gestão de seus recursos. A maior parte diz planejar as suas despesas; ter controle sobre os gastos; não costuma realizar despesas desnecessárias e ainda a tendência para a realização da poupança é um ato habitual, e quando isto não ocorre o principal motivo apresentado foi o mesmo: quer poupar, mas não consegue porque gasta todo o dinheiro.

É consensual entre os entrevistados a importância dos pais e das escolas na educação financeira dos jovens, assim como a mesma se mostra relevante no planejamento das despesas, desenvolvimento de habilidade e confiança para tomada de decisões enquanto consumidores, entender o mundo em que vivem e na adoção de medidas corretas perante dificuldades financeiras. Os pais aparentam ter um papel ativo na aprendizagem de comportamentos e de conhecimentos econômicos pelos jovens. Abordam questões importantes para a gestão do orçamento familiar: como ganhar dinheiro, como e porque poupar e como planejar despesas. Embora de forma menos acentuada, também se preocupam em elucidar os filhos sobre certos instrumentos financeiros como: o que é cartão de crédito, cartão de débito, conta corrente e conta poupança.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sobre a educação financeira que permite desenvolver a capacidade dos indivíduos para tomar decisões seguras, ter autonomia e assim planejar os objetivos traçados para a vida, pode-se garantir que é a base para alcançar uma economia estabilizada e este processo deve vir em grande parte de um trabalho que se inicie com o público infante-juvenil. A instrução de crianças e jovens sobre a cultura financeira garante reflexos positivos na vida adulta e, conseqüentemente, traz benefícios para a sociedade e para a economia como um todo, o que é de extrema importância na estrutura sociocultural contemporânea em que o mau controle orçamentário é repassado para cada geração nascente, precisando assim de um trabalho específico para acabar com este ciclo. A experiência internacional oferece várias estratégias para fomentar a capacitação financeira dos indivíduos, assim como os fatores críticos para a implantação do mesmo, mas no Brasil tem-se um atraso no desenvolvimento teórico do assunto.

Como contribuição aos estudos de caso no país, foi realizado um levantamento de dados a partir de questionário, cujo objetivo era analisar o comportamento e os valores dos jovens a respeito de economia e finanças, visto que este público alvo é de grande relevância e ainda assumem um papel importante para a prevenção do endividamento. Os dados obtidos com a pesquisa se mostraram em parte contrários à hipótese inicial, em que se esperava que os grupos analisados tivessem deficiência para lidar com recursos financeiros. Entretanto, estes resultados não devem ser encarados de forma tão positiva como aparentam ser.

Ainda que os mesmos apontem para uma participação ativa dos pais na aprendizagem econômica de seus filhos, eles não revelam a forma que este conhecimento está sendo passado. Não garantem a qualidade do mesmo ou se contribuem para que os jovens estabeleçam uma relação saudável com o dinheiro sendo capazes de fato a poupar e planejar suas despesas, de tomar decisões e fazer escolhas financeiras de forma racional minimizando os riscos de sobre-endividamento, e tenham consciência dos riscos e obrigações inerentes ao recurso ao crédito. Sobre esta última capacidade é preciso ressaltar que os próprios resultados encontrados na presente pesquisa apontam esta dificuldade, pois questões mais complexas

como juros a suportar quando se contrai um empréstimo e a causa da impossibilidade de pagamento das dívidas não são assuntos comuns na abordagem dos pais para os filhos.

Além disso, experiência desta população enquanto consumidores é normalmente financiada pelas famílias e minoritariamente de alguma atividade que realiza por conta própria. Este fato pode limitar a disponibilidade dos recursos que os jovens julguem necessário para suprir suas necessidades, o que, portanto, não garante que eles estejam de fato bem preparados e que isto refletirá em comportamentos positivos na vida adulta.

Embora os jovens entrevistados tenham classificado o papel da escola na educação financeira também ativo na presente pesquisa, nenhuma das instituições que participaram faz uma menção clara e objetiva sobre o tema. É evidente apenas que os aspectos da formação econômica se dão por meio das contextualizações, como preconiza Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Neste quesito, deve-se ressaltar ainda que é consensual nos estudos bibliográficos a dificuldade que não só os jovens, como também os adultos – adultos estes que muitas vezes são os responsáveis pela transmissão de conhecimento – encontram para compreender assuntos econômicos dado a complexidade do tema. Este empecilho, adicionado a falta de disponibilidade bibliográfica, é enfrentado pelas escolas que buscam capacitação para professores que não são formados especificamente nesta área, mas que são responsáveis pela instrução financeira.

A presente pesquisa apresenta ainda resultados que refletem um grande passo contra um dos obstáculos encontrado pela OCDE para oferecer educação financeira, que é a falta de consciência por parte do público alvo: a maior parte dos entrevistados concorda com a importância do contato com o tema. A grande questão agora se refere à elaboração de estratégias para inserção da educação em finanças nas escolas, e de modo que os jovens sintam-se motivados para compreender os novos conceitos abordados. Acredita-se que a educação financeira deve ser proporcionada de forma que os conceitos sejam levados para o dia a dia dos indivíduos, e isso pode ser feito por meio de jogos ou experiências interativas, em contraposição à utilização de aulas expositivas que podem tornar o conteúdo apenas como um adicional a ser tratado durante o ano letivo.

## REFERÊNCIAS

- AFLATOUN. **Child Social & Financial Education**. Disponível em: <<http://www.aflatoun.org/?csfe>>. Acesso em: jun. 2015.
- BELL, E.; LERMAN, R. I. Can Financial Literacy Enhance Asset Building? **The Urban Institute**, n.6, Sept. 2005.
- CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira: inteligência financeira pessoal na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- CHRISTELIS, D.; JAPPELLI, T.; PADULA M. **Health Risk, Financial Information and Social Interaction: the Portfolio Choice of European Elderly Households**. Working paper. University of Salerno, 2005.
- COM. **Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias relativa à Educação Financeira**. Bruxelas, 2007. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0808:FIN:PT:PDF>>. Acesso em: junho 2015.
- CGU. **Controladoria Geral Da União**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br>> Acesso em: junho 2015.
- CURY, C.R.J. **A educação básica no Brasil**. Educação & Sociedade, Campinas, CEDES, v. 23, n. 80, p. 169-201, 2002.
- D'AQUINO, C. **Educação Financeira**. Coleção ExpoMoney, 2007, 160 p.
- LINN, M.C.; BENEDICTIS, T de.; DELUCCHI, K. (1982). Adolescent reasoning about advertisements: Preliminary investigations. **Child Development**, 56, 1479 -1498.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. Financial literacy and retirement preparedness: Evidence and implications for financial education, **Business Economics**, 27 p. 2007.
- MEC. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. 2000a.

\_\_\_\_. **PNC ensino médio: orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares nacionais, ciências da natureza, matemática e suas tecnologias.** 2000b.

OCDE. Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. **OECD's Financial Education Project.** Assessoria de Comunicação Social, 2004. Disponível em: <[www.oecd.org/](http://www.oecd.org/)>. Acesso em: junho 2015.

\_\_\_\_. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies.** OECD, 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/improvingfinancialliteracyanalysisofissuesandpolicies.htm>> Acesso em: junho 2015.

\_\_\_\_. **The importance of financial education.** OECD, 2006. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/37087833.pdf>>. Acesso em: outubro 2009.

OEC. Observatório do Endividamento dos Consumidores, **Relatório de actividades de 2002.** Coimbra: OEC, 2002. Disponível em: <[http://oec.ces.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf\\_estudos\\_realizados/inquerito\\_a\\_jovens.pdf](http://oec.ces.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/inquerito_a_jovens.pdf)>. Acesso em: junho 2015.

SAITO, A. T. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil.** 152 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; PETRONI, L. M. A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, IX, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2006.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Rev. Adm. Pública [online].** 2007, vol.41, n.6, pp. 1121-1141. ISSN 0034-7612.

SHAFFER, D. R. **Psicologia do Desenvolvimento: Infância e Adolescência.** Trad. Cintia Regina Pemberton Cancissu. 6ª ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

ROBERTSON T.; ROSSITER, J. Children and commercial persuasion: An attribution theory analysis. **Journal of Consumer Research**, p. 13-20, 1974.

TOLOTTI, M. As **Armadilhas do consumo: acabe com o endividamento**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

TRINDADE, C. C. **As interferências de alterações sociais sobre o comportamento do consumidor infantil**. São Paulo, 2002, 17p. Artigo – USP

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

WILLIAMS, E. S. **The presentation of certificates for participants of the workshop: Infusing financial literacy into the school curriculum**. August, 2009. Disponível em: <<http://www.central-bank.org.tt/sites/default/files/NFLP%20&%20Ministry%20of%20Education%20Workshop%20%20August%202009.pdf>>. Acesso em: junho 2015.

**Anexo I: Comparação entre as proporções de jovens de escola pública e privada e suas respectivas opiniões a respeito das afirmativas abaixo.**

	Concorda Plenamente		Concorda		Não concorda nem discorda		Discorda		Discorda Plenamente	
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
A educ. financeira é um instrumento importante p/ aprender a planejar as despesas	0,573	0,591	0,375	0,368	0,043	0,026	0,007	0,008	0	0,004
A educ. financeira desenvolve habilidade e confiança p/ tomar decisões de consum	0,384	0,431	0,513	0,497	0,092*	0,057*	0,009	0,004	0	0,008
Os conceitos de educ. financeira ajudam a entender o mundo em que vivem	0,277	0,297	0,464	0,435	0,228	0,226	0,026	0,031	0,003	0,008
Os conceitos de educ. financeira ajudam a superar as dificuldades financeiras	0,262	0,302	0,462	0,453	0,188	0,164	0,075	0,066	0,011	0,013
É importante tratar de educação financeira na escola	0,277	0,293	0,416	0,368	0,207	0,235	0,077	0,080	0,020	0,022
É importante tratar de educação financeira na família	0,460*	0,528*	0,443*	0,355*	0,064	0,093	0,024*	0,008*	0,007	0,013
Seria interessante participar de oficinas sobre o assunto	0,226	0,195	0,413*	0,333*	0,264	0,320	0,071	0,093	0,024*	0,057*

Fonte: Elaboração Própria

Nota: (1) = Escola Pública, (2) = Escola Privada; \* indica diferença estatisticamente significativa a 5%; 530 alunos de escolas públicas e 225 alunos de escolas particulares responderam a estas questões.